

Recessão sem horizontes

Carrión Júnior *

Depois de quase nove meses em que, equivocadamente, o governo optou por usar a política monetária recessiva como único instrumento de combate à inflação, voltamos a patamares superiores a 15% mensais, com perspectiva de mais arrocho monetário.

Passado este já longo período, coloca-se, naturalmente, a questão dos custos sociais e econômicos que estamos pagando em relação aos benefícios que estamos alcançando. Sem dúvida alguma o saldo é altamente negativo.

O início deste governo foi marcado por um amplo confisco dos ativos financeiros que, para uma boa parcela dos setores econômicos, provocou uma interrupção no processo de novos investimentos e, para o público em geral, representou a destruição da credibilidade na caderneta de poupança. No momento seguinte, pelos mecanismos de conversão de cruzados novos em cruzeiros, aconteceu, na prática, a devolução da liquidez às pessoas jurídicas, sem ter sido, no entanto, restabelecida a confiança na estabilidade da economia. Este processo, naturalmente, reacendeu novas tendências inflacionárias que induziram a novos apertos de liquidez e a um aprofundamento ainda maior da recessão.

Na grande maioria das economias, os processos recessivos são caracterizados por uma rápida elevação dos índices de desemprego. Mesmo em sociedades onde o sindicalismo é fraco, as demissões provocam o aparecimento de mecanismos anti-recessivos, além da

existência, em muitos países, de um conjunto de garantias sociais dispensadas aos trabalhadores. No nosso caso, já vivendo uma recessão desde abril, só agora começam de forma aparentemente inesperada, a se verificar liberações em massa de trabalhadores pelas empresas. Estas dispensas foram postergadas pelo baixo preço da mão-de-obra — como decorrência do grande arrocho salarial — e pelo alto custo das dispensas. Somando a isso a paralisação praticamente geral dos investimentos de reposição, o resultado é um grave encolhimento do

o que não é verdade, já que não tivemos nem problemas climáticos nem fitossanitários. Existe, isto sim, falta de uma política agrícola e uma prática de juros desproporcionais aos preços mínimos, levando a desmobilizações e conseqüentes diminuições de produtividade e de área plantada. Na indústria, a redução média de quase 10% do produto do setor fala por si mesma, em uma área onde a única política foi a importação de produtos como forma de tentar baixar os preços internos, mas que hoje já descamba para a crescente e desproposital importação de superfluos.

Em meio a este quadro, acrescido do impasse na negociação da dívida externa, com o superávit da balança comercial praticamente desaparecendo e com os importadores com dificuldades para obter crédito até para importar alimentos, o país, no plano interno, vê sumir o superávit do Tesouro, em que pese a prática de brutal arrocho salarial do funcionalismo federal.

O mais grave é que rapidamente estamos deslizando para um processo de inflação de custos, tirando os horizontes da atual recessão como instrumento de combate da inflação.

Em meio a tantos equívocos, do que imerecidamente chamamos de política econômica, e antes que um "Plano Collor II" venha a ser utilizado como um mero paliativo, o país precisa construir um acordo nacional para a retomada imediata do desenvolvimento.

Precisamos construir um acordo nacional para a retomada imediata do desenvolvimento, antes que um 'Plano Collor II' caia sobre nós

aparato produtivo brasileiro e um forte aprofundamento da crise social.

No setor primário, reduziram-se os investimentos de capital, de adubos e de fertilizantes; além disso, a próxima safra, conforme o próprio ministro da Agricultura, terá uma redução superior a 15% e "desabastecimento de gêneros básicos como arroz, milho e derivados da soja" em 91. Por não conhecerem o setor, alguns, equivocadamente, chamam isto de "quebra de safra",

* Economista, deputado estadual (PDT-RS), deputado federal eleito